

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO - EESP

ANA LUIZA PORTO GOMES

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO
BRASIL – DE 2001 A 2012**

SÃO PAULO

2014

ANA LUIZA PORTO GOMES

GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO
BRASIL – DE 2001 A 2012

Dissertação apresentada à Escola de Economia de
São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Economia e Finanças

Campo do Conhecimento: Contabilidade de
Instituições Financeiras

Orientador: Prof. Dr. Hsia Hua Sheng

SÃO PAULO

2014

Porto Gomes, Ana Luiza.

Gerenciamento de Resultados em Instituições Financeiras – de 2001 a 2012 /
Ana Luiza Porto Gomes. - 2014.
50 f.

Orientador: Hsia Hua Sheng

Dissertação (MPFE) - Escola de Economia de São Paulo.

1. Instituições financeiras - Brasil. 2. Administração financeira. 3. Bancos. 4.
Provisão para devedores duvidosos. 5. Créditos. I. Sheng, Hsia Hua. II. Dissertação
(MPFE) - Escola de Economia de São Paulo. III. Título.

CDU 336.76(81)

ANA LUIZA PORTO GOMES

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO
BRASIL – DE 2001 A 2012**

Dissertação apresentada à Escola de Economia

de São Paulo da Fundação Getulio Vargas,

como requisito para orientação ao título de

Mestre em Finanças e Economia.

Campo de conhecimento: Internacionalização de

instituições financeiras.

Data da aprovação:

____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hsia Hua Sheng (Orientador)
FGV – EESP

Prof^a. Dra. Adriana Bruscatto Bortoluzzo
INSPER-SP

Prof. Dr. João Carlos Douat
FGV-EAESP

Dedico este trabalho ao Ricardo, cujo suporte e compreensão foram essenciais para o encerramento desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Hsia Hua Sheng pelo apoio e orientação, que foram fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço também a Prof. Dra. Adriana Bruscatto Bortoluzzo pelos ensinamentos e essenciais contribuições.

Aos meus pais, Dulce e Airton, pelo suporte e compreensão durante os anos do mestrado e por terem entendido as horas de ausência em momentos importantes.

Aos meus amigos do MPFE, com os quais dividi os anos do mestrado, por todo o suporte e amizade.

Aos colegas Gabriel Teixeira e Marcos Quintanilha, pelos ensinamentos durante os anos de convivência profissional.

Em especial, agradeço ao Ricardo, que esteve sempre presente com seu apoio incondicional. Sem você, esta jornada não teria sido concluída.

RESUMO

As diretrizes do provisionamento de crédito para Instituições Financeiras Brasileiras são previstas pela Resolução 2682/99 do CMN. Dada a certa discricionariedade existente nesta resolução, será testado se a conta de provisão de crédito é utilizada como instrumento de Gerenciamento de Resultado.

Foi utilizada uma amostra de 123 Bancos entre 2001 e 2012 para investigar a prática de Gerenciamento de Resultados, utilizando Dados em Painel em 2 Estágios (2SLS) de forma a evitar o problema de endogeneidade. Foram testadas três práticas de Gerenciamento de Resultado: (i) apresentar lucro líquido positivo, (ii) apresentar lucro líquido crescente, e (iii) lucro líquido crescente em relação a respectivo *peer group*. Também foi testado se existe uma hierarquia entre estes objetivos.

Os resultados encontrados para os Bancos Brasileiros diferiram dos resultados encontrados em estudos efetuados em Bancos no Exterior. No Brasil, foi constatado que a conta de provisão de crédito é utilizada parcialmente como mecanismo de Gerenciamento de Resultados, e a hierarquia de objetivos que havia sido validada no exterior não pode ser confirmada para os Bancos Brasileiros. Utilizamos a conta de provisão de crédito como objeto do estudo, mas a utilização desta conta está sujeita a falhas devido ao julgamento do gestor na classificação de risco de crédito de um cliente.

ABSTRACT

The guidelines of loan loss provisions for Brazilian Financial Institutions are defined by the Resolution 2682/99 from the CMN – Conselho Monetário Nacional. However, given the discretionarity of this Resolution, this paper will analyse whether the loan loss provision account is used as a mechanism of Earning Management.

We used a sample of 123 Financial Institutions between 2001 and 2012 to investigate the Earning Management practice, and we will use Two Stage Least Squares (2SLS), in order to avoid the problem of endogeneity. We tested three practices of Earning Management: (i) to present positive net income; (ii) to present increasing net income; and (iii) to present increasing net income when compared to a peer group. It also has been tested whether there exists an hierarchy between these three objectives.

The results found for Brazilian Banks are different from the results found in other studies that were made on Foreign Banks. In Brazil, we verified that the loan loss provision account is partially used as a mechanism of Earning Management, and the hierarchy of objectives that was validated in Foreign Banks could not be confirmed for Brazilian Banks. The object of this study was the loan loss provision account, but this account is subject to failures due to the judgement of managers in classifying the credit risk of a client.

TABELAS

Tabela 1 – Descrição dos dados pelos diferentes segmentos	20
Tabela 2 – Reservas de provisão de crédito	21
Tabela 3 – Resumo das variáveis utilizadas no modelo	25
Tabela 4 - Correlação entre as variáveis explicativas do modelo.....	26
Tabela 5 - Descrição estatística das variáveis numéricas	26
Tabela 6 - Descrição estatística das variáveis dummy de segmento	26
Tabela 7 - Descrição estatística das variáveis dummy	27
Tabela 8 - Descrição estatística das Hipóteses	27
Tabela 9 - Teste de Hausman (EA vs EF)	30
Tabela 10 – Variáveis Instrumentais (2SLS).....	31
Tabela 11 – Resultados – Dados em Painel 2SLS – Efeitos Fixos	36
Tabela 12 – Classificações das Instituições Financeiras pelo Banco Central	40
Tabela 13 – Nível de classificação de crédito previstos na Res. 2682	44
Tabela 14 - Resultados – Dados em Painel MQO – Efeitos Fixos.....	46

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. Revisão Bibliográfica e Desenvolvimento de Hipóteses	13
2.1 Resolução 2682 e a possibilidade de discricionaridade	13
2.2 Desenvolvimento de Hipóteses	15
3. Metodologia	19
3.1 Dados	19
3.2 Variáveis	21
3.3 Modelo	27
3.3.1 Painel MQO.....	29
3.3.2 Painel 2SLS	30
3.4 Resultados.....	32
4. Conclusão.....	37
5. Referências	47

1. Introdução

Diversos autores estudaram a Administração de Resultados em Bancos e constataram que há suporte empírico para afirmar que os bancos utilizam a conta de provisão de devedores duvidosos para este fim (ANANDARAJAN; HASAN; VIVAS, 2003; EL SOOD, 2012; LOBO, 2001). Há evidências de *Earning Management* quando existe uma relação positiva entre despesas com provisão de crédito e o resultado de uma instituição financeira. Na existência desta prática, um resultado maior motiva um maior gasto com provisão de forma a amenizar os ganhos (EL SOOD, 2012; LOBO E YANG, 2005; AHMED, TAKEDA, THOMAS, 1999).

Existem diversos objetivos para a prática de *Earning Management*. A principal modalidade é o *income smoothing*, utilizada ou quando o resultado previamente apurado for elevado, efetuando assim a redução do resultado divulgado; ou quando este resultado for baixo, através do aumento do resultado divulgado (ZENDERSKI, 2005). Neste contexto, os administradores buscam evitar a apresentação de lucro líquido negativo ou apresentar uma queda do lucro em relação ao período anterior (BORNEMANN; KICK; MEMMEL, 2012). Os principais objetivos que balizam este comportamento são transmitir ao mercado uma imagem de solidez e bom desempenho (GOULART, 2007) e influenciar a percepção de risco dos agentes (EL SOOD, 2012; BALBOA; LOPEZ-ESPINOSA; RUBIA, 2013), além de outros objetivos pessoais dos administradores como a manutenção de dividendos e bônus contratuais, que de forma geral possuem uma parcela variável que está atrelada ao desempenho da Instituição Financeira (EL SOOD, 2012; SHUTO, 2007). O administrador pode optar por permanecer em seu cargo, mesmo que isso possa comprometer a qualidade dos resultados contábeis apresentados ou implique no sacrifício futuro da organização (MARTINEZ, 2001). Objetivos comparativos a um *benchmark* da indústria, de forma a considerar o desempenho de um *peer group* também é buscado pelas Instituições Financeiras (BORNEMANN; KICK; MEMMEL, 2012).

No Brasil, a Resolução do CMN 2682/99 estabeleceu o arcabouço regulatório para constituição da conta de Provisão de Crédito. A despesa com provisão deve ser baseada no nível de risco da carteira de crédito, e isto é definido por critérios específicos em relação ao devedor e as garantias envolvidas. Como a regulação sugere somente um *guideline*, e não critérios objetivos que determinam a classificação de risco, o Banco Central delegou às

Instituições Financeiras a liberdade de definir os modelos ao critério de cada Instituição, surgindo a possibilidade de discricionariedade relativa a conta de provisão de crédito.

No mercado internacional, Bornemann, Kick e Memmel (2012) efetuaram os seguintes testes no mercado bancário alemão: (i) avaliar se os bancos evitam um lucro líquido (antes de provisão de crédito) negativo; (ii) avaliar se os bancos evitam uma queda do lucro líquido (antes de provisão de crédito) em relação ao período anterior, procurando atingir assim uma menor variabilidade do resultado; e (iii) avaliar se os bancos buscam evitar uma queda do lucro líquido (antes de provisão de crédito) em relação a seu *peer group*. Os trabalhos anteriores efetuados no mercado bancário brasileiro tiveram como foco principal avaliar se há ou não administração de resultado utilizando a conta de provisão. Estes estudos testaram a hipótese de existência de relação positiva entre a despesa com provisão e o resultado da Instituição Financeira, configurando a suavização de resultados (GOULART, 2007; ZENDERSKI, 2005).

O presente estudo visa estudar *Earning Management* no ambiente bancário brasileiro, e possui como principal contribuição a investigação inédita de motivos pelos quais a administração de resultado é efetuada nos bancos brasileiros, seguindo *framework* estabelecido no estudo de Bornemann, Kick e Memmel (2012). O foco deste estudo será na administração da conta de Provisão de Crédito pois esta é a principal conta discricionária de uma Instituição Financeira. Em segundo lugar, os bancos possuem alta alavancagem, o que faz com que estejam vulneráveis a volatilidade no valor dos ativos, necessitando constantes ajustes na conta de Provisão de Crédito de forma a manter uma cobertura adequada da carteira de crédito (GONZALEZ, 2007). Sendo assim, a conta de Despesa de Provisão de Crédito, ao transitar pela conta de Resultado, possui efeito importante na rentabilidade de um banco.

Será utilizado teste de dados em painel em dois estágios (2SLS), abordagem inédita no Brasil e que não foi utilizada por Bornemann, Kick e Memmel (2012).

Adicionalmente, o estudo é o primeiro no mercado brasileiro que contará com dados da crise financeira de 2007-2009, que serão utilizados como variáveis de controle da investigação dos motivos acima.

O estudo é de extrema relevância pois as Demonstrações Financeiras são a principal fonte de informação pública (ASSAF, 2007). Adicionalmente, como os bancos também possuem

importância sistêmica na economia de um país, é fundamental possuir o discernimento sobre, caso exista, qual a magnitude em que ocorre Administração de Resultado no mercado bancário brasileiro.

2. Revisão Bibliográfica e Desenvolvimento de Hipóteses

2.1 Resolução 2682 e a possibilidade de discricionaridade

A regulação que trata sobre as regras de provisionamento de crédito no Brasil é a Resolução 2682 do Banco Central do Brasil, de 21 de Dezembro de 1999. Conforme definido na legislação, a classificação de crédito deve ser baseada em alguns critérios definidos pelo Banco Central, e deve englobar, no mínimo, determinados critérios definidos na Resolução (vide Anexo 2). Estas são as provisões identificadas, nas quais há uma relação direta entre a provisão efetuada e o risco de crédito do cliente.

Apesar de a Resolução 2682 criar a prática de risco de crédito nas Instituições Financeiras, a norma optou por não determinar rigorosamente as características que um crédito deve seguir para ser classificado em cada categoria de risco. Com isto, cada banco é responsável por avaliar cada um dos elementos da Resolução conforme seu critério e avaliação e deve definir um modelo proprietário de avaliação de risco (PARENTE, 2000). A Resolução trouxe um arcabouço ao risco de crédito nas Instituições Financeiras, porém permitiu certa liberdade e margem para discricionaridade. Existe um critério de discricionaridade no provisionamento de crédito, pois conforme prevê a Resolução, *“a classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito”*. Ou seja, a PDD é definida em função do julgamento do gestor quanto ao risco dos empréstimos concedidos.

Como o Banco Central estabeleceu apenas os elementos que devem ser considerados no processo de classificação de risco, o Banco Central delegou às Instituições Financeiras a liberdade de definir os modelos ao critério de cada Instituição.

Apesar da discricionaridade, as Instituições Financeiras são frequentemente sujeitas a supervisão do Banco Central quanto a classificação das operações de crédito. Por isso, devem manter documentação que evidencie os níveis de risco estabelecidos. A classificação definida pela Instituição também deve ser divulgada em nota explicativa às demonstrações financeiras,

assim como o montante de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e de operações recuperadas no exercício.

A discricionariedade para a classificação de crédito entre os níveis AA e H existe e é prevista na legislação, porém, para investigar se isto gera arbitragem regulatória necessitaria não somente a análise individual de cada crédito como também uma investigação comparativa da avaliação de determinado cliente por diferentes Instituições Financeiras. Esta análise não será efetuada no presente estudo e esta característica não será utilizada para a investigação da existência de gerenciamento de resultado.

A investigação que será efetuada neste estudo é a arbitragem regulatória viabilizada pelas provisões não-identificadas, ou provisões gerais, que serão o ponto principal que permitirão analisar se há ou não gerenciamento de resultado nos bancos brasileiros. Conforme definido pelo Fundo Monetário Internacional, as provisões gerais são destinadas a cobrir possíveis ou potenciais perdas ainda não identificadas, enquanto que as provisões específicas refletem a perda já identificada.

As Instituições Financeiras possuem a possibilidade de efetuar provisões adicionais acima dos níveis previstos pela Resolução 2682, trabalhando assim com folga de provisão em relação aos créditos em atraso. As provisões não identificadas são aquelas que não estão associadas aos créditos classificados como em liquidação ou em atraso. Esta prática é conhecida como “colchão de provisionamento” (PARENTE, 2000). Há um aspecto negativo que estas provisões não-identificadas podem criar, já que surge um ambiente propício para a arbitragem regulatória e uma consequente diminuição da transparência dos dados financeiros, podendo gerar uma perda de eficiência na alocação dos recursos e potenciais perigos para a estabilidade do sistema financeiro. A constituição de provisões descoladas da classificação de risco abre a possibilidade de analisar as operações de crédito de forma menos rigorosa, melhorando a classificação de risco do cliente por meio de critérios menos conservadores. Isto pode incentivar um comportamento de constituição de “colchões de provisionamento” em busca de vantagens comparativas em relação aos *peers*, não pela melhor eficiência na gestão do risco de crédito, mas sim na avaliação menos conservadora da carteira. Esta falta de transparência pode conduzir a uma perda de eficiência pois gera uma formação de taxas incompatível com o risco da Instituição.

2.2 Desenvolvimento de Hipóteses

Nenhum autor brasileiro testou as hipóteses deste estudo, e apesar da conta de provisão de crédito ser a principal conta de *accrual* de uma Instituição Financeira, houve poucos estudos significativos que tivessem como foco esta conta (ZENDERSKI, 2005; GOULART, 2007). Em seu estudo, Goulart (2007) encontrou evidências que o gerenciamento de resultados utilizando a conta de provisão apresentou resultados mais significativos que com a conta de derivativos e TVM.

Os principais temas de estudo no Brasil utilizaram a conta de Títulos e Valores Mobiliários - TVM (ZENDERSKI, 2005; GOULART, 2007; CORRAR; GABRIEL, 2010; GALDI; CAMARA 2012), derivativos (GALDI; PEREIRA, 2007; GOULART, 2007) e a prática de securitização (GALDI; CAMARA 2012; CAMARA, 2012). As hipóteses testadas neste estudo seguirão o *framework* utilizado por Bornemann, Kick e Memmel (2012) e buscam investigar se há administração de resultado no Brasil e como ela é efetuada.

Porém, o estudo de Bornemann, Kick e Memmel (2012) utilizou uma particularidade do sistema financeiro alemão que é a existência de uma reserva oculta chamada “Reserva 340f”, que está prevista na legislação alemã desde 1993. A reserva 340f é constituída através da desvalorização de contas ativas, e, ao contrário da conta de provisão de crédito, sua constituição não precisa estar atrelada a um risco inerente de determinada categoria de contas. Do ponto de vista de Administração de Resultados, a grande vantagem da constituição desta reserva é o fato de não ser necessária a justificção de sua constituição, surgindo possibilidade de discricionariedade. No Brasil, a inexistência de regulamentação semelhante sobre a constituição da conta 340f, junto com a falta de dados, inviabilizou a utilização de metodologia semelhante a utilizada por Bornemann, Kick e Memmel (2012) e exigiu adaptações a realidade brasileira.

Optou-se pela utilização da conta de provisão de devedores duvidosos como objeto do presente estudo, pois, segundo Kanagaretnam, Lobo e Mathieu (2001), trata-se para a maioria dos bancos da maior conta de *accrual*, cumprindo desta forma papel significante na administração de resultados.

Existem diversas modalidades de Gerenciamento de Resultado, neste estudo iremos nos concentrar na prática de *Income Smoothing*, utilizada com o fim de reduzir a dispersão dos

resultados e transmitir ao mercado uma imagem de solidez e bom desempenho (GOULART, 2007). As demais modalidades, que não serão objeto de estudo deste artigo, são o *bump up*, que busca melhorar o desempenho do Banco quando os resultados estão próximos de determinada meta estabelecida; o *cookie jar*, quando há incentivo em reduzir o resultado no período atual para aumentar o resultado em períodos menos favoráveis; e o *big bath*, utilizado em períodos em que o banco constata que ficará abaixo de determinada meta, e decide então reduzir a lucratividade ainda mais.

As hipóteses que iremos investigar neste estudo são citadas como as principais motivações do mercado de capitais por Goulart (2007). Ele afirma que pode-se citar o intuito de corresponder a determinados *benchmarks* de resultados existentes no mercado, como evitar a divulgação de perdas, apresentar lucros crescentes e atingir expectativas dos analistas de investimentos quanto aos resultados apresentados. Dechow e Skinner (2000) afirmam que há evidências de existência de uma hierarquia: o mais importante é evitar a divulgação de perdas; em segundo lugar, apresentar resultados crescentes; e por fim, corresponder às expectativas e às previsões dos analistas. Os autores definem esta hierarquia para o mercado de capitais, porém esta também foi testada às Instituições Financeiras, que são vistas por investidores como potencial alvo de investimento através de aplicações financeiras ou compra de títulos mobiliários.

Os estudos já realizados no mercado brasileiro investigaram a existência de uma correlação positiva entre despesas com provisão e o lucro líquido de uma Instituição Financeira (ZENDERSKI, 2005; GOULART, 2007).

A principal e mais intuitiva forma de administração de resultado praticada tem como objetivo evitar prejuízo (lucro negativo). Ao analisar a rentabilidade de uma Instituição Financeira, o analista ou investidores antes de tudo avaliam se o lucro líquido é positivo, e isto não requer dados históricos ou comparativos (DEGEORGE; PATE; ZECKHAUSER, 1999). Esta investigação responde de forma simples e direta se uma Instituição Financeira é rentável. Apresentar lucro líquido inferior a zero é evitado nas demonstrações financeiras pois, de uma perspectiva macroeconômica, apresentar prejuízo em determinado ano suscita questões em relação a solidez de um banco, e um maior interesse público para investigar os motivos de um mau desempenho.

De uma perspectiva microeconômica, os acionistas desejam aumentar a influência no gerenciamento do banco após a apresentação de um prejuízo. Em ambos casos, a

administração passa a ter restrições nas decisões administrativas do banco. Assim, os administradores possuem fortes incentivos para preservar a confiança dos acionistas, evitando assim apresentar um prejuízo, ou ao menos um lucro líquido maior que zero. A empresa que apure pequeno prejuízo em um período irá efetuar práticas de Gerenciamento de Resultado, através de aumento de receitas e/ou redução de despesas, para reverter a situação de prejuízo e apresentar lucro (GOULART, 2007). Investigaremos se os bancos buscam evitar lucro líquido negativo (ex-despesas com provisão e impostos).

Definimos assim a primeira hipótese:

H₁: Um lucro líquido negativo (ex-despesas com provisão e impostos) é negativamente correlacionado com as despesas com provisão.

Os estudos anteriores que utilizaram a conta de provisão de crédito como objeto de estudo focaram principalmente em uma relação positiva entre a conta de despesa de devedores duvidosos e o lucro (antes da despesa com provisão e impostos). Assim, a hipótese central abordada pela literatura já existente descreve a atividade de Administração de Resultados como o incentivo que os administradores possuem de reduzir a variabilidade dos lucros reportados, utilizando a flexibilidade que as contas discricionárias proporcionam (ANANDARAJAN; HASAN; VIVAS, 2003; EL SOOD, 2012; LOBO, 2001). Assim, dentro das regras contábeis, os administradores podem aumentar/reduzir os *accruals* discricionários quando um banco reporta lucros significativos/pequenos (BALBOA; LOPEZ-ESPINOSA; RUBIA, 2013). Ahmed, Takeda e Thomas (1999) afirmam que quando é esperado que o lucro seja alto, as despesas com provisão são deliberadamente minimizadas para mitigar os efeitos adversos de outros fatores na rentabilidade. Esta abordagem é conhecida como *Income Smoothing*.

Galdi e Camara (2012) encontrou evidências de que os bancos utilizam a parcela discricionária da conta de derivativos com o objetivo de alisamento de resultado, sendo uma prática mais comum em instituições privadas. Porém, o autor não efetuou estudo tendo como foco principal a conta de provisão. Em outro estudo, Galdi e Camara (2012) também constataram que a atividade de securitização é utilizada para suavizar resultados.

Um *benchmark* importante buscado pelos administradores é a relação do lucro do período *t* em relação ao período *t-1*, e eles estão inclinados a evitar uma queda do lucro em relação ao

período anterior. Bornemann, Kick e Memmel (2012) afirmam que os investidores no mercado de bancos alemães interpretam aumentos perenes do lucro líquido como uma forma da confiança da administração nos prospectos de rentabilidade futuros.

Nas situações de bancos de capital aberto, o preço da ação e o valor do banco tendem a aumentar após um aumento do pagamento de dividendos após períodos de aumento da rentabilidade, fortalecendo a posição dos administradores. Similarmente, uma queda do lucro em relação ao período anterior induz os investidores a buscar uma alternativa mais rentável. Para bancos não listados, a motivação de evitar uma queda da rentabilidade decorre de uma redução da interferência dos acionistas, reguladores e outros *stakeholders*. Goulart (2007) afirma que, embora sua pesquisa no mercado brasileiro focalize somente a suavização de resultados, outras práticas de Gerenciamento de Resultados também são consideradas de interesse das Instituições Financeiras, como ações no sentido de evitar a divulgação de perdas e lucros declinantes. Estas práticas serão investigadas neste estudo.

Os administradores desejam reduzir a volatilidade do lucro líquido de seus bancos, complementam Bornemann, Kick e Memmel (2012) pois uma menor variabilidade do resultado reduz o custo de capital assim como transparece uma menor percepção de probabilidade de falência de uma Instituição Financeira. Investigaremos se os bancos buscam evitar queda do lucro líquido em relação ao período anterior.

Formulamos então a segunda hipótese:

H₂: Um lucro líquido (ex-despesas com provisão e impostos) menor que o lucro líquido do período anterior é negativamente correlacionado com as despesas com provisão.

Os administradores também buscam atingir um *benchmark* de lucratividade da indústria ou de um *peer group* de bancos. Eles são inclinados a evitar uma queda do lucro líquido comparado a este *peer group*. Esta hipótese foi testada pela primeira vez por Bornemann, Kick e Memmel (2012) no mercado internacional e é inédita no mercado brasileiro. Podemos fazer um paralelo entre a terceira hipótese testada e o terceiro nível da hierarquia sugerida por Goulart (2007). Após atingir os dois primeiros níveis da hierarquia sugerida por Dechow e Skinner (2000), o objetivo se torna atingir as previsões de resultado dos analistas. Aqui, será testado se os bancos buscam um *benchmark* da indústria, algo que é analisado por grande parte dos analistas, o que cria assim certo nível de resultado esperado às previsões.

Bornemann, Kick e Memmel (2012) afirma que os *stakeholders* valorizam a performance de um banco em relação a um *peer group*, e não somente o desempenho passado do banco. Na realidade, os próprios administradores analisam a performance de um banco com outros da mesma região e perfil. Isto cria incentivos aos administradores para não haver queda do lucro em relação ao *peer group*. Os *outsiders* de uma Instituição Financeira criam uma “mentalidade por *threshold*”, ou seja, criam determinadas expectativas em relação a performance de um banco (DEGEORGE; PATE; ZECKHAUSER, 1999), e isto pode se referir também a performance comparativa de bancos com perfil de atuação semelhante.

Analistas e investidores efetuam com frequência análise financeira comparativa entre Instituições Financeiras que apresentam o mesmo perfil de atuação. Tendo isto em mente, os administradores podem buscar se igualar, ou até mesmo se destacar em relação a seus pares. Existe um determinado consenso dos analistas, no qual o resultado do grupo de bancos com o mesmo perfil é considerado, que é levado em consideração pelos administradores (DEGEORGE; PATE; ZECKHAUSER, 1999).

Em linhas gerais, idealmente, bancos com perfis de atuação semelhantes e consequentemente riscos também semelhantes deveriam apresentar balanços e resultados similares. Qualquer desvio significativo neste padrão chamaria a atenção negativamente de um analista, que faria uma investigação mais detalhada para entender os motivos deste desvio. Investigaremos se os bancos buscam evitar queda do lucro líquido (ex-despesas com provisão e impostos) em relação ao período anterior de determinado *peer group*.

Testamos assim a terceira hipótese:

H₃: Um lucro líquido (ex-despesas com provisão e impostos) menor que o lucro líquido do período anterior do respectivo *peer group* é negativamente correlacionado com as despesas com provisão.

3. Metodologia

3.1 Dados

Os dados utilizados neste estudo foram extraídos de informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil sob diferentes formas: dados do Sisbacen (contas do Balanço Patrimonial),

dados do IFT-Informações Financeiras Trimestrais e do BCB (contas da Demonstração de Resultados).

Foram utilizados os dados dos consolidados bancários I e II (vide Anexo 1), totalizando 123 bancos, com dados anuais no período entre 2001 e 2012. O período inicial da pesquisa foi delimitado pela inexistência de dados no IFT-Informações Financeiras Trimestrais, do BCB, anteriores a este período.

Os bancos foram classificados em 5 diferentes categorias, de acordo com o perfil e segmento principal de atuação: Bancos de Varejo, Subsidiárias de Bancos Estrangeiros, Bancos Públicos, Bancos de Montadora (ligados a uma empresa não-financeira atuante no mercado de automóveis/ caminhões) e Bancos Cooperativos. As categorias foram utilizadas para investigação da Hipótese 3 descrita acima.

A amostra de bancos utilizada representa parcela significativa do total de ativos do Sistema Financeiro Brasileiro. Em Dezembro/2012, a amostra de bancos selecionada possui total de ativos de R\$ 5,1 trilhões, o que equivale a aproximadamente 90% do mercado brasileiro.

A Tabela 1 fornece informações detalhadas sobre o número de bancos observados na amostra com a classificação nos diferentes segmentos. O número de dados ao final do período de análise é maior pois a base de dados foi construída de forma retroativa, ou seja, selecionamos os bancos em 2012, e a partir do CNPJ respectivo de cada banco, foi extraído os dados dos anos anteriores.

A amostra de dados caracteriza um painel não-balanceado pois o número de observações não é o mesmo para cada ano. Isto ocorre pois determinada Instituição Financeira poderia não existir em determinado ano, ou não possuir informações de balanço disponíveis.

Observa-se uma predominância de bancos de varejo na amostra. As categorias de bancos cooperativos e bancos públicos possui uma amostra consideravelmente pequena, porém, decidiu-se por manter estas categorias na amostra devido ao papel diferenciado que ambos possuem na economia.

Tabela 1 – Descrição dos dados pelos diferentes segmentos

Data	<i>Cooperativas</i>		<i>Montadoras</i>		<i>Públicos</i>		<i>Subsidiárias</i>		<i>Varejo</i>		<i>Total</i>	
	<i>Qde</i>	<i>%</i>	<i>Qde</i>	<i>%</i>	<i>Qde</i>	<i>%</i>	<i>Qde</i>	<i>%</i>	<i>Qde</i>	<i>%</i>	<i>Qde</i>	<i>%</i>
2001	2	1.9%	13	12.0%	9	8.3%	29	26.9%	55	50.9%	108	7.9%
2002	2	1.8%	13	11.9%	9	8.3%	30	27.5%	55	50.5%	109	7.9%
2003	2	1.9%	13	12.0%	9	8.3%	29	26.9%	55	50.9%	108	7.9%
2004	2	1.9%	13	12.0%	9	8.3%	29	26.9%	55	50.9%	108	7.9%
2005	2	1.8%	14	12.7%	9	8.2%	29	26.4%	56	50.9%	110	8.0%
2006	2	1.8%	14	12.5%	9	8.0%	31	27.7%	56	50.0%	112	8.2%
2007	2	1.8%	14	12.3%	9	7.9%	31	27.2%	58	50.9%	114	8.3%
2008	2	1.7%	15	12.8%	9	7.7%	33	28.2%	58	49.6%	117	8.5%
2009	2	1.7%	16	13.4%	9	7.6%	35	29.4%	57	47.9%	119	8.7%
2010	2	1.6%	17	13.8%	9	7.3%	36	29.3%	59	48.0%	123	9.0%
2011	2	1.6%	17	13.9%	9	7.4%	36	29.5%	58	47.5%	122	8.9%
2012	2	1.6%	17	13.8%	9	7.3%	36	29.3%	59	48.0%	123	9.0%
	24	1.7%	176	12.8%	108	7.9%	384	28.0%	681	49.6%	1373	100.0%

A Tabela 2 apresenta o número de bancos que possuem reservas de provisão de crédito acima do mínimo exigido pelo Banco Central e como seu uso varia ao longo do tempo. Consta-se que os bancos utilizam cada vez mais a discricionariedade no provisionamento das operações de crédito, ou seja, possuem cada vez mais uma reserva de provisão de crédito acima do mínimo regulatório exigido. Em 2001, 28,7% dos bancos da amostra constituía provisão em excesso; em 2012, este percentual cresceu para 54,1%.

Tabela 2 – Reservas de provisão de crédito

Data	<i>Somente provisão mínima</i>		<i>Excesso de provisão</i>		<i>Total</i>	
	<i>N° IFs</i>	<i>%</i>	<i>N° IFs</i>	<i>%</i>	<i>N° IFs</i>	<i>%</i>
2001	62	71.3%	25	28.7%	87	7.3%
2002	58	63.7%	33	36.3%	91	7.6%
2003	60	65.2%	32	34.8%	92	7.7%
2004	61	64.2%	34	35.8%	95	7.9%
2005	55	58.5%	39	41.5%	94	7.9%
2006	54	54.5%	45	45.5%	99	8.3%
2007	56	56.6%	43	43.4%	99	8.3%
2008	50	49.0%	52	51.0%	102	8.5%
2009	49	45.4%	59	54.6%	108	9.0%
2010	49	45.8%	58	54.2%	107	8.9%
2011	49	44.1%	62	55.9%	111	9.3%
2012	51	45.9%	60	54.1%	111	9.3%
	654	54.7%	542	45.3%	1196	100.0%

3.2 Variáveis

Para analisar a prática de Administração de Resultados utilizando a conta de provisão de crédito, utilizamos como variável dependente a conta *desppdd*, que é o total gasto com provisão durante um ano *t* como percentual do total de ativos. A principal variável explicativa

objeto deste estudo é a variável Lucro Líquido antes de Impostos e PDD como percentual do total de ativos (*ll_ex_tax_pdd*).

As variáveis que utilizam dados de balanço foram normalizadas pelo ativo total do período. Este procedimento foi adotado seguindo metodologia sugerida por Brown et al (1999) para evitar problema do efeito de escala. Outros autores seguem metodologia semelhante (BORNEMANN; KICK; MEMMEL, 2012; SHRIEVES; DAHL, 2003; e BALBOA; LOPEZ-ESPINOSA; RUBIA, 2013).

As hipóteses H1, H2 e H3 serão testadas através das seguintes variáveis *dummy*: (i) *d_loss_{i,t}*, sendo 1 a situação na qual o banco possui lucro líquido antes de provisão inferior a zero, representando H1; (ii) *d_prev_year_{i,t}*, sendo 1 a situação na qual o banco apresenta queda do lucro líquido antes de PDD inferior ao ano anterior, representando H2; (iii) e *d_peer_{i,t}*, sendo 1 a situação na qual o banco apresenta queda do lucro líquido antes de provisão em relação a seu *peer group*, representando H3.

Para investigar as três hipóteses detalhadas acima, utilizaremos as seguintes variáveis de controle (o resumo de todas as variáveis utilizadas se encontra na Tabela 3).

(i) Característica de estrutura organizacional: banco de capital aberto (variável *dummy*)

A literatura possui visões contraditórias sobre qual o impacto que um banco de capital aberto teria sobre a Administração de Resultados (FONSECA; GONZALEZ, 2008). Por um lado, um banco de capital aberto possui maior incentivo para efetuar Administração de Resultado. Como estes bancos possuem mais *outsiders*, as publicações de demonstrativos de resultado pode ter um efeito sinalizador maior. Anandarajan, Hasan e Vivas (2005) dizem que um banco negociado publicamente possui incentivos para efetuar *Earning Management* pois são examinados detalhadamente pelos *stakeholders*, membros do conselho e potenciais investidores. O autor espera uma relação positiva.

O oposto também pode ser argumentado. Bancos menores, que normalmente não são negociados publicamente, geralmente possuem menores oportunidades de diversificação. Com isso, estes bancos teriam incentivos a buscar uma maior rentabilidade através de atividades mais arriscadas. Isto traria incentivos para administrar resultados de forma a encobrir estas atividades de risco. Fonseca e Gonzalez (2008) complementaram que os reguladores focam a supervisão nos maiores bancos pois eles possuem maior importância

sistêmica, e por isto estariam no centro de eventuais crises bancárias. Balboa, Lopez-Espinosa e Rubia (2013) levanta a questão sobre a questão reputacional, pois quando os administradores efetuam Administração de Resultados, outros podem monitorar seu comportamento, o que gera um efeito de repressão sobre este comportamento.

(ii) Resultado com Serviços em relação ao total de ativos

Um maior resultado com serviços pode indicar que um banco possua menor dependência de atividades tradicionais de crédito. É então plausível, segundo Anandarajan, Hasan e Vivas (2005) que estes bancos sejam mais ativos em alocar a reserva de crédito apropriada como forma de demonstrar uma imagem de instituição “mais segura”. O inverso também pode ser argumentado, no sentido de que bancos com maiores receitas decorrentes de serviços podem representar atividades bancárias mais agressivas. Estes bancos podem então possuir maior risco de crédito e podem compensar este maior risco através de gastos elevados com provisão para fazer frente a um futuro incerto. O autor afirma que não é possível prever o sinal desta relação.

(iii) Crescimento do PIB

Alguns comportamentos dos administradores podem ser explicados por fatores do ambiente econômico no qual o banco está inserido. A variável Crescimento do PIB é um indicador natural do ciclo de negócios agregado e captura as condições gerais da economia, sendo um indicador externo de risco de crédito (BALBOA; LOPEZ-ESPINOSA; RUBIA, 2013). É esperado que o componente cíclico da despesa com provisão seja negativamente correlacionado com esta variável.

A teoria de *Risk Management* enfatiza o interesse dos supervisores em reduzir a prociclicidade das despesas com provisão e o Capital. Seguindo os critérios subjetivos da Res. 2682 discutidos anteriormente, os bancos definem um nível de proteção contra perdas esperadas (através da definição do nível ótimo de cobertura), e aumentam o capital de acordo com as perdas não-esperadas. Em outras palavras, as reservas de provisão de crédito são constituídas em períodos de crescimento econômico, e as perdas - e consequentemente a utilização destas reservas - se materializam em períodos de recessão. Assim, a constituição da reserva de crédito possui um comportamento procíclico (EL SOOD, 2012; FONSECA; GONZALEZ, 2008)

(iv) Desemprego

A variável desemprego é utilizada por Anandarajan, Hasan e Vivas (2003) como um sinalizador da atividade econômica. Um aumento do desemprego pode significar uma depressão da economia que pode acentuar o risco de crédito dos bancos, forçando os bancos a aumentar os gastos com provisão.

(v) Provisão em excesso (variável *dummy*)

Através da Resolução 2682 discutida anteriormente, os bancos brasileiros possuem um nível mínimo de provisão que devem constituir de acordo com o perfil de risco de sua carteira de crédito (o perfil de risco é determinado pelas categorias AA a H). A Resolução determina o provisionamento mínimo, e cada banco possui a discricionariedade de efetuar uma provisão acima do que está determinado na regulação caso julgue necessário. Esta variável indica 1 se o banco efetua provisão acima do mínimo exigido, significando assim que há uma parcela discricionária associada a conta de provisão.

(vi) Valor da provisão em excesso

Se o banco efetua uma provisão acima do mínimo exigido pela Resolução 2682, esta variável determina qual o valor do excesso de provisão em relação ao total de ativos.

(vii) Anos da crise financeira

São utilizadas como variável de controle os anos da crise financeira. Para definir quais anos são considerados anos de crise, utilizamos critério sugerido por El Sood (2012), que considera 2007 a 2009 como anos de crise. Pode haver mudança de comportamento de provisionamento dos bancos em períodos de instabilidade financeira.

Foi considerada e avaliada a utilização dos anos 2001 a 2012 como variáveis de controle para controlar o efeito-tempo no modelo testado. Porém, devido ao fato de haver poucas observações em determinados anos, o uso destas variáveis foi descartado.

O resumo das variáveis utilizadas se encontra na Tabela 3.

Tabela 3 – Resumo das variáveis utilizadas no modelo

Código	Variável	Sinal esperado	Definição	Referências
<i>despdd</i>	%despesa de provisão de crédito/total de ativos	---	Gasto com provisão de crédito no período	Fonseca e Gonzalez (2008), Anandarajan, Hasan e Vivas (2005), El Sood (2012), Bornemann (2012)
<i>despdd_1</i>	%despesa de provisão de crédito/total de ativos (período t-1)		Gasto com provisão de crédito no período anterior	Bornemann, Kick e Memmel (2012)
<i>ll_ex_tax_pdd</i>	%lucro líquido/total de ativos	(+)	Lucro líquido contábil no período	Fonseca e Gonzales (2008), Anandarajan, Hasan e Vivas (2005), El Sood (2012), Bornemann (2012)
<i>capaberto_dummy</i>	1= capital aberto	(+) ou (-)	Pode haver incentivos diferentes para Gerenciamento de Resultados em bancos de capital aberto	Fonseca (2008), Anandarajan, Hasan e Vivas (2005), Balboa, Lopes-Espinoza e Rubia (2013)
<i>servicos</i>	%Receita de serviços/total de ativos	(?)	Indica a dependência do banco em relação a atividades de crédito	Anandarajan, Hasan e Vivas (2005)
<i>cresc_PIB</i>	Crescimento do PIB	(+)	Fatores do ambiente macroeconômico influenciam o comportamento do banco	Balboa, Lopes-Espinoza e Rubia (2013), El Sood (2012) Fonseca e Gonzalez (2008)
<i>desemprego</i>	Desemprego	(?)	Fatores do ambiente macroeconômico influenciam o comportamento do banco	Anandarajan, Hasan e Vivas (2003), Bornemann, Kick e Memmel (2012)
<i>prov_excesso_dummy</i>	1= banco possui excesso de provisão em relação ao mínimo regulatório	(?)	Indicam bancos que utilizam a discricionaridade no provisionamento de crédito	Resolução 2682, de 21 de Dezembro de 1999
<i>excesso_prov</i>	% Valor do excesso de provisão/total de ativos	(?)	Excesso de provisão em relação ao mínimo regulatório exigido	Resolução 2682, de 21 de Dezembro de 1999
<i>crise</i>	1= anos de crise (2007 a 2009)		Visa identificar mudanças de comportamento em períodos de crise	El Sood (2012)
<i>d_loss</i>	1= lucro líquido inferior a zero no período	(-)	H ₁ : - Investigar se bancos buscam evitar um lucro líquido inferior a zero	Bornemann, Kick e Memmel (2012)
<i>d_prev_year</i>	1= lucro líquido inferior ao lucro líquido do período anterior	(-)	H ₂ : - Investigar se bancos buscam evitar queda do lucro líquido em relação ao período anterior	Bornemann, Kick e Memmel (2012)
<i>d_peer</i>	1= lucro líquido inferior ao lucro líquido do período anterior de respectivo <i>peer group</i>	(-)	H ₃ : - Investigar se bancos buscam evitar queda do lucro líquido ex-despesas com provisão e impostos em relação ao período anterior de determinado <i>peer group</i>	Bornemann, Kick e Memmel (2012)

Obs: lucro líquido se refere a "lucro líquido ex-despesas com provisão e impostos"

Como análise inicial dos dados, foram realizados testes de correlação entre as variáveis explicativas do modelo. Caso houvesse alguma correlação elevada, poderia gerar problemas de multicolinearidade (Tabela 4). Observa-se que nenhuma correlação é grande o suficiente para ocasionar problemas ao modelo.

Tabela 4 - Correlação entre as variáveis explicativas do modelo

	<i>despdd</i>	<i>despdd_1</i>	<i>ll_ex_tax_pdd</i>	<i>servicos</i>	<i>cresc_PIB</i>	<i>desemprego</i>
<i>despdd</i>	1.0000					
<i>despdd_1</i>	0.6730	1.0000				
<i>ll_ex_tax_pdd</i>	0.4593	0.3904	1.0000			
<i>servicos</i>	0.0307	0.0116	0.1126	1.0000		
<i>cresc_PIB</i>	-0.0679	0.0118	0.0529	0.0108	1.0000	
<i>desemprego</i>	-0.0240	-0.0142	0.1247	0.0324	0.4455	1.0000
<i>excesso_prov</i>	0.2057	0.2016	0.1583	0.1262	-0.0046	-0.0170

Tabela 5 - Descrição estatística das variáveis numéricas

	<i>Obs</i>	<i>Média</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>
<i>despdd</i>	1213	0.0180	0.0291	0.0000	0.3199
<i>ll_ex_tax_pdd</i>	1361	0.0400	0.0625	-0.8730	0.4053
<i>servicos</i>	1263	0.0297	0.0681	0.0000	0.7480
<i>cresc_PIB</i>	1375	0.1175	0.0313	0.0626	0.1638
<i>desemprego</i>	1500	0.0783	0.0218	0.0460	0.1090
<i>excesso_prov</i>	1196	0.0017	0.0045	-0.0013	0.0538

Tabela 6 - Descrição estatística das variáveis dummy de segmento

	<i>Obs</i>	<i>Percent.</i>	<i>Cumul.</i>
<i>Cooperativas</i>	24	1.60	1.60
<i>Montadoras</i>	204	13.60	15.20
<i>Públicos</i>	108	7.20	22.40
<i>Subsidiárias</i>	432	28.80	51.20
<i>Varejo</i>	732	48.80	100.00
<i>Total</i>	1500	100.00	

Tabela 7 - Descrição estatística das variáveis dummy

	<i>capaberto_dummy</i>		<i>prov_excesso_dummy</i>		<i>crise</i>	
	<i>Freq</i>	<i>Percent</i>	<i>Freq</i>	<i>Percent</i>	<i>Freq</i>	<i>Percent</i>
0	1319	87.93	654	54.68	1125	75.00
1	181	12.07	542	45.32	375	25.00
Total	1500	100.00	1196	100.00	1500	100.00

Tabela 8 - Descrição estatística das Hipóteses

	<i>d_loss</i>		<i>d_prev_year</i>		<i>d_peer</i>	
	(H1)		(H2)		(H3)	
	<i>Freq</i>	<i>Percent</i>	<i>Freq</i>	<i>Percent</i>	<i>Freq</i>	<i>Percent</i>
0	1226	89.29	902	65.60	222	16.15
1	147	10.71	473	34.30	1153	83.85
Total	1373	100.00	1375	100.00	1375	100.00

3.3 Modelo

Como “a regulamentação alemã sobre as reservas 340f são escassas (...)”, afirmam Bornemann, Kick e Memmel (2012), “(...) os bancos podem utilizar esta conta a seu critério”. Desta forma, os dados sobre a conta 340f possuem a grande vantagem de não necessitarem a distinção entre a parcela discricionária e não-discricionária. No presente estudo, esta distinção será necessária pois iremos utilizar como variável dependente a conta de Despesa de Provisão de Crédito. Zenderski (2005) também efetua esta diferenciação, identificando o componente discricionário e não-discricionário das despesas com provisão de crédito.

Conforme foi discutido na seção 2.1, a conta de provisão de crédito possui um componente discricionário e não-discricionário. McNichols (2000) destaca a importância em isolar corretamente estes dois componentes em estudos sobre *Earnings Management*. Kanagaretnam, Lim e Lobo (2010) utilizam uma abordagem em dois estágios, onde o primeiro estágio tem como finalidade identificar os estimadores normais, ou não-discricionários da conta de gastos com provisão. Nesta primeira equação, Kanagaretnam, Lim

e Lobo (2010) utilizam as variáveis “reserva de provisão de crédito inicial”, “baixas para prejuízo”, “variação da conta de crédito”, “total de crédito”, “créditos *non-performing*” e “categorias de crédito”. Os resíduos desta primeira regressão são o componente anormal, ou discricionário da despesa de provisão de crédito. Em um segundo estágio, o autor testa a relação entre os resíduos da primeira regressão e o objeto de estudo.

DeBoskey e Jiang (2012) utilizam metodologia semelhante. Em um primeira equação, busca identificar a parcela não-discricionária utilizando variáveis de controle que capturam diversos atributos da carteira de crédito de uma Instituição Financeira e que podem explicar a variação da conta de provisão de crédito. Na segunda etapa, os resíduos da primeira regressão são utilizados como o componente discricionário da conta de provisão de crédito. Zanderski (2005) também seguiu metodologia de isolar componente discricionário e não-discricionário da conta de despesas com provisão.

Iremos utilizar regressão em um estágio, pois, segundo, Kanagaretnam, Lobo e Yang (2005), uma estimativa em dois estágios possui como inconveniente o fato de subestimar o valor absoluto dos coeficientes da regressão do segundo estágio. Complementariamente, como forma de aumentar a confiabilidade dos resultados empíricos, Zanderski (2005) constatou que a utilização de estimação em um estágio apresentou os mesmos resultados que a regressão em dois estágios. Da mesma forma, El Sood (2012) utilizou regressão em um estágio, isolando o componente discricionário da provisão de crédito através de variáveis de controle de elementos considerados não-discricionários. Este autor utiliza três variáveis de controle como indicadores do componente não-discricionário da conta de provisão.

No presente estudo, temos como grande vantagem o fato de possuímos base de dados para o saldo de crédito classificado nas categorias AA-H, e a partir das regras previstas na Resolução 2682 (descritas no Anexo 2) é possível calcular qual a provisão mínima obrigatória de cada Instituição Financeira. A diferença entre a provisão efetuada e a provisão mínima requerida é a provisão discricionária efetuada pelo banco.

A investigação das hipóteses H_1 , H_2 e H_3 será efetuada através da equação abaixo, utilizando o *software* Stata 13.0. A amostra deste estudo combina observações de vários bancos ao longo de um período de tempo (2001 a 2012), desta forma, para testar as hipóteses H_1 a H_3 utilizaremos a metodologia de dados em painel, que combina séries temporais e observações em corte transversal.

$$desppdd_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot d_loss_{i,t} + \beta_9 \cdot d_prev_year_{i,t} + \beta_{10} \cdot d_peer_{i,t} + desppdd_{i,t-1} + u_{i,t}$$

As variáveis que utilizam dados de balanço foram normalizadas pelo total de ativos do período. Este procedimento foi adotado seguindo metodologia sugerida por Brown et al (1999) para evitar problema do efeito de escala. Outros autores seguem metodologia semelhante (BORNEMANN; KICK; MEMMEL, 2012; SHRIEVES; DAHL, 2003; e BALBOA; LOPEZ-ESPINOSA; RUBIA, 2013).

Iremos utilizar modelo em um estágio para determinar a parcela discricionária da conta de provisão de crédito. Isto objetiva isolar o componente discricionário da provisão de crédito através de variáveis de controle de elementos considerados não-discricionários. As variáveis de controle incluídas no modelo para este fim são *prov_excesso_dummy* e *excesso_prov*. No Brasil, temos a grande vantagem de possuir dados de balanço que permitem identificar qual a parcela do estoque de provisão é discricionário, ou não-identificado. Estas variáveis de controle visam identificar qual a parcela discricionária na conta de despesa de provisão.

Para analisar as hipóteses H_1 a H_3 efetuamos dois diferentes testes econométricos: dados em painel MQO (mínimos quadrados ordinários) e dados em painel 2SLS (painel em dois estágios). Porém, os dados em painel 2SLS serão a fonte principal de análise. De forma complementar, os resultados em painel MQO serão apresentados no Anexo 3.

3.3.1 Painel MQO

Para investigar as hipóteses H_1 a H_3 , efetuamos primeiramente o modelo via dados em painel mínimos quadrados. Para determinar o método de dados em painel a ser utilizado, Efeito Fixo (EF) ou Efeito Aleatório (EA), Greene (2000) propõe que esta escolha seja feita utilizando o teste de Hausman. O teste de Hausman compara as estimativas dos métodos EF e EA, visando verificar se existe correlação entre os fatores não-observados e as variáveis explicativas (WOOLDRIDGE, 2003).

O teste de Hausman propõe as seguintes hipóteses:

H_0 = Os estimadores do modelo de efeitos aleatórios são consistentes e eficientes → utilizar Efeitos Aleatórios

H_1 = os estimadores de efeitos aleatórios são não-consistentes, mas os estimadores de efeitos fixos são → Rejeitar H_0 e utilizar Efeitos Fixos

O teste de Hausman, descrito na tabela abaixo, apresentou p-valor menor do que 0.10, rejeitamos portanto H_0 , indicando o uso do modelo em painel de efeitos fixos (EF).

Os resultados dos dados em painel MQO são apresentados no Anexo 3.

Tabela 9 - Teste de Hausman (EA vs EF)

$$\begin{aligned}\text{chi2}(11) &= (b-B)' [(V_b - V_B)^{-1}] (b-B) \\ &= 18.42 \\ \text{Prob} > \text{chi2} &= 0.0723\end{aligned}$$

3.3.2 Painel 2SLS

O modelo via estimação em mínimos quadrados de dois estágios (2SLS) é a principal fonte de análise dos dados. Em seu estudo sobre Gerenciamento de Resultado, Fonseca e Gonzalez (2008) expressaram preocupação com a endogeneidade utilizando instrumentos baseados em variáveis explicativas que utilizavam valores de períodos anteriores.

Uma preocupação em estimar a existência de Gerenciamento de Resultados em bancos foi a possível endogeneidade existente entre a conta de despesa com provisão de crédito (*desppdd*) e as demais variáveis de controle originárias do Balanço Patrimonial ou Demonstração de Resultados. A endogeneidade poderia causar viés nos coeficientes, e poderia ocorrer pois a variável dependente e algumas variáveis independentes utilizam dados de balanço do mesmo ano-exercício. São elas: *ll_ex_tax_pdd*, *servicos* e *excesso_prov*.

Para controlar a potencial endogeneidade das variáveis utilizadas no modelo que são originárias de dados de balanço, iremos avaliar as hipóteses H_1 a H_3 através do modelo de painel em dois estágios (2SLS). O objetivo deste método de estimação é utilizar um conjunto de variáveis, chamados instrumentos, que devem ser correlacionados com as variáveis endógenas e não-correlacionados com o erro. Utilizaremos como instrumentos os *lags* de um período das mesmas variáveis endógenas. Um bom instrumento deve ser relevante e válido ao mesmo tempo, ou seja, deve ser correlacionado com o regressor endógeno (*ll_ex_tax_pdd*), e ser ortogonal aos resíduos da regressão.

Wooldridge (2003) cita como três problemas que geram a endogeneidade. Em primeiro lugar, caso haja uma variável omitida no modelo, ela será incorporada ao erro. Se esta variável omitida for correlacionada com alguma das variáveis explicativas, haverá correlação entre a variável explicativa e o erro. Em segundo lugar, se houver um erro de mensuração de uma das variáveis, e a não-inclusão de uma variável sem erro. E por fim, simultaneidade, que ocorre quando uma das variáveis explicativas é determinada pela variável explicada no modelo. No caso deste estudo, a despesa com provisão pode influenciar o lucro líquido, e o contrário também é verdadeiro. Neste caso, haverá correlação entre estas variáveis e o erro. Esta endogeneidade pode gerar viés e coeficientes inconsistentes. Gujarati e Porter (2008) afirmam que se não há problema de simultaneidade, os estimadores MQO produzem estimadores consistentes e eficientes. Porém, caso haja simultaneidade, os estimadores MQO não são sequer consistentes. Neste caso, o método de 2SLS oferece estimadores consistentes e eficientes.

Para evitar os problemas mencionados acima, utilizamos como variável instrumental o *lag* de um período das variáveis que são originárias de contas de balanço. Esta VI possui um efeito direto sobre a variável explicativa endógena, ela é parcialmente correlacionada com a variável endógena, e não tem um efeito direto sobre a variável dependente. A correlação entre a variável no ano t e no ano $t-1$ satisfaz as condições necessárias e é um instrumento adequado.

A regressão 2SLS visa controlar variáveis endógenas e as correlações com os resíduos do modelo.

Tabela 10 – Variáveis Instrumentais (2SLS)

Variável	Variável Instrumental
$ll_ex_tax_pdd_{i,t}$	$ll_ex_tax_pdd_{i,t-1}$
$servicos_{i,t}$	$servicos_{i,t-1}$
$excesso_prov_{i,t}$	$excesso_prov_{i,t-1}$

O método de painel em 2SLS estima a variável endógena através da regressão linear utilizando as variáveis exógenas do modelo no primeiro estágio. No segundo estágio, o valor estimado no primeiro estágio, que é exógeno, é utilizado como instrumento para a variável endógena na regressão principal.

3.4 Resultados

Para a análise das hipóteses descritas acima, efetuamos a regressão de 5 diferentes equações, que serão utilizadas para prever a existência ou não de gerenciamento de resultados em Instituições Financeiras entre os anos 2001 e 2012.

A análise das Hipóteses H₁ a H₃ serão feitas pelas equações 3 a 5. A equação 1 será utilizada para comparar as hipóteses entre elas.

(i) Equação 1: H₁, H₂, H₃ e variáveis de controle

$$\begin{aligned} desppdd_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} \\ & + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot d_loss_{i,t} + \\ & \beta_9 \cdot d_prev_year_{i,t} + \beta_{10} \cdot d_peer_{i,t} + \beta_{11} \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t} \end{aligned}$$

(ii) Equação 2: somente as variáveis de controle

$$\begin{aligned} desppdd_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} \\ & + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t} \end{aligned}$$

(iii) Equação 3: H₁ e variáveis de controle

$$\begin{aligned} desppdd_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} \\ & + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot d_loss_{i,t} + \\ & \beta_9 \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t} \end{aligned}$$

(iv) Equação 4: H₂ e variáveis de controle

$$\begin{aligned} desppdd_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} \\ & + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot d_prev_year_{i,t} + \\ & \beta_{10} \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t} \end{aligned}$$

(v) Equação 5: H₃ e variáveis de controle

$$desppdd_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot d_peer_{i,t} + \beta_9 \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t}$$

Primeiramente, observa-se uma relação positiva entre a conta de despesas com provisão de crédito e o lucro líquido. Este resultado corresponde ao sinal esperado (+), e caracteriza a prática de *income smoothing*.

A prática de *income smoothing* indica que, quanto maior for o lucro líquido do período, maior será o gasto com provisão de forma a suavizar o resultado do período.

H₁: Um lucro líquido negativo (ex-despesas com provisão e impostos) é negativamente correlacionado com as despesas com provisão.

O sinal esperado para H₁ não foi o sinal esperado. Foi encontrada uma associação positiva entre *d_loss* e *despdd*, indicando que quanto mais negativo for o lucro líquido, maior será o gasto com provisão. O resultado não comprova a hipótese de que os administradores buscam evitar a apresentação de um lucro líquido abaixo de zero.

Este resultado não está alinhado com DeGeorge, Pate e Zeckhauser (1999), que encontraram evidências que os bancos utilizam thresholds para apresentar lucro líquido positivo. No Brasil, este resultado seria esperado pois a principal métrica utilizada para análise da rentabilidade é a avaliação do lucro líquido acima de zero.

Apesar do sinal do coeficiente não ser o sinal esperado, *d_loss* é estatisticamente significativo a 1%.

H₂: Banco buscam evitar queda do lucro líquido ex-despesas com provisão de crédito e impostos em relação ao período anterior

Os resultados mostram que há uma forte associação positiva entre *d_prev_year* e *despdd*, porém este não era o resultado esperado do coeficiente das variáveis. O p-valor de *d_prev_year* não é estatisticamente significativo. Isto mostra que os bancos não buscam uma suavização dos resultados, e não evitam apresentar um lucro líquido inferior ao lucro líquido do período anterior.

O resultado encontrado não está alinhado com a literatura, e indica que as instituições financeiras não estão atentos a evolução da rentabilidade.

H₃: Bancos buscam evitar queda do lucro líquido ex-despesas com provisão de crédito e impostos em relação ao período anterior de determinado *peer group*

Os resultados mostram que há uma forte associação positiva entre *d_peer* e *despdd*. O p-valor de *d_peer* não é estatisticamente significativo. Este resultado mostra que os administradores não buscam atingir um *benchmark* de lucratividade da indústria ou de um *peer group* de bancos.

Porém, idealmente, bancos com perfis de atuação semelhantes deveriam apresentar riscos semelhantes. Qualquer desvio significativo neste padrão chamaria a atenção negativamente de um analista. Os *outsiders* de uma Instituição Financeira criam uma “mentalidade por *threshold*”, ou seja, criam determinadas expectativas em relação a performance de um banco (DEGEORGE; PATE; ZECKHAUSER, 1999),

O sinal do coeficiente encontrado (+) não foi o sinal previamente esperado.

A análise conjunta das hipóteses através da equação (i) foi inconclusiva. Esta “hierarquia” dos objetivos buscados pelos administradores seria justificável, no sentido de que o lucro líquido no período é a principal métrica de rentabilidade de uma Instituição Financeira. Apresentar um lucro líquido negativo requer explicações aos analistas e investidores, e dependendo da magnitude, pode afetar a capitalização de um banco, chamando atenção assim dos reguladores. Esta hierarquia foi estudada por Degeorge, Pate e Zeckhauser (1999) e Dechow e Skinner (2000), e ainda não havia sido testada no Brasil.

A apresentação da queda do lucro líquido em relação ao período anterior não necessariamente significa que um banco apresentou prejuízo. Pode haver queda da rentabilidade, mas ainda assim um banco apresentar lucro líquido positivo. Esta situação possivelmente requer explicações, mas fato pode possuir menor relevância. Porém, analistas efetuam de forma praticamente obrigatória uma análise histórica de tendência de rentabilidade de uma instituição financeira.

Já a situação testada com H₃, na qual um banco evita a queda do lucro líquido em relação a um *peer group* possui menor relevância na hierarquia. Bancos com perfis de atuação semelhantes tendem a possuir perfis de risco semelhantes, com custos e receitas que

deveriam, de certa forma, convergir. Como isto não é um fato obrigatório a ser seguido pelo administradores, mesmo porque há diversos fatores que influenciam a rentabilidade de um banco, e não somente o perfil de atuação, possivelmente por este motivo este motivo seria buscado em menor grau pelos administradores. Além disso, pertencer a determinado *peer group* pode ser algo subjetivo que é composto de forma diferente pelos analistas.

A variável de controle mais significativa em todas as equações testadas foi o Crescimento do PIB que mostra a importância do ciclo econômico no provisionamento de crédito de um banco.

Tabela 11 – Resultados – Dados em Panel 2SLS – Efeitos Fixos

<i>despdd</i>	Equação (i)			Equação (ii)			Equação (iii)			Equação (iv)			Equação (v)		
Variável	Coefficiente	Erro-padrão	p-valor	Coefficiente	Erro-padrão	p-valor	Coefficiente	Erro-padrão	p-valor	Coefficiente	Erro-padrão	p-valor	Coefficiente	Erro-padrão	p-valor
<i>ll_ex_tax_pdd</i>	0.31274	0.06186	0.00000 ***	0.26619	0.06203	0.00000 ***	0.33503	0.07928	0.00000 ***	0.24564	0.04905	0.00000 ***	0.26710	0.06259	0.00000 ***
<i>servicos</i>	0.00000	0.02359	1.00000	-0.00823	0.02484	0.74000	-0.00311	0.02420	0.89800	-0.00290	0.02388	0.90300	-0.00848	0.02490	0.73400
<i>excesso_prov</i>	-0.21538	0.61810	0.72700	0.02016	0.68076	0.97600	-0.03684	0.66733	0.95600	-0.23797	0.62280	0.70200	0.00793	0.67596	0.99100
<i>despdd_1</i>	0.22615	0.04388	0.00000 ***	0.25702	0.04275	0.00000 ***	0.21617	0.05029	0.00000 ***	0.26410	0.03945	0.00000 ***	0.25806	0.04230	0.00000 ***
<i>capaberto_dummy</i>	0.00613	0.00406	0.13100	0.00540	0.00406	0.18300	0.00573	0.00402	0.15400	0.00581	0.00404	0.15100	0.00606	0.00413	0.14200
<i>cresc_PIB</i>	-0.07451	0.02162	0.00100 ***	-0.07652	0.02196	0.00000 ***	-0.07051	0.02191	0.00100 ***	-0.08079	0.02182	0.00000 ***	-0.07770	0.02195	0.00000 ***
<i>desemprego</i>	-0.00508	0.04173	0.90300	-0.00171	0.04623	0.97100	-0.02221	0.04898	0.65000	0.01772	0.04056	0.66200	0.00263	0.04484	0.95300
<i>prov_excesso_dummy</i>	0.00245	0.00319	0.44100	0.00291	0.00332	0.38100	0.00176	0.00339	0.60400	0.00371	0.00317	0.24100	0.00290	0.00333	0.38400
<i>crise</i>	-0.00167	0.00150	0.26400	-0.00195	0.00153	0.20200	-0.00179	0.00151	0.23600	-0.00176	0.00151	0.24600	-0.00197	0.00153	0.19900
<i>d_loss (H₁)</i>	0.02243	0.00527	0.00000 ***	---	---	---	0.02538	0.00726	0.00000 ***	---	---	---	---	---	---
<i>d_prev_year (H₂)</i>	0.00204	0.00203	0.31500	---	---	---	---	---	---	0.00289	0.00218	0.18500	---	---	---
<i>d_peer (H₃)</i>	0.00085	0.00315	0.78800	---	---	---	---	---	---	---	---	---	0.00356	0.00373	0.33900
<i>c</i>	0.00646	0.00481	0.17900	0.01098	0.00369	0.00300 ***	0.00786	0.00375	0.03600 **	0.00954	0.00380	0.01200 **	0.00784	0.00483	0.10400
R ² within	0.2534			0.2234			0.2415			0.2355			0.2239		
R ² between	0.5659			0.5921			0.5586			0.5970			0.5994		
R ² overall	0.4423			0.4216			0.4377			0.4270			0.4237		

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%;

4. Conclusão

Autores no exterior estudaram a prática que aplicamos no mercado brasileiro, e encontramos resultados parcialmente semelhantes. Bornemann, Kick e Memmel (2012) comprovaram a prática de *Earning Management* utilizando a conta de reserva 340-f, que não existe no Brasil e não pode ser aplicada neste estudo. Estes autores constataram que os bancos alemães evitam apresentar lucro líquido negativo, evitam apresentar queda do lucro em relação ao período anterior e evitam apresentar queda do lucro em relação ao período anterior de seu *peer group*. Ou seja, a conta de reserva existente no sistema alemão é utilizada de forma discricionária pelos bancos.

Constatamos que os Bancos Brasileiro efetuam Gerenciamento de Resultados de forma parcial. Encontramos uma relação positiva entre Despesa com Provisão de Crédito e Lucro Líquido (excluindo despesas com provisão e impostos), comprovando que quanto maior o resultado, maior é o gasto com provisão de forma a suavizar o resultado do período. Esta prática é conhecida como *Income Smoothing*. Esta correlação positiva foi encontrada por Bornemann, Kick e Memmel (2012) em seu estudo no mercado de bancos na Alemanha.

Porém, outras práticas de Gerenciamento de Resultados que haviam sido encontradas em Bancos no Exterior não foram validadas para Bancos no Brasil. Primeiramente, Bornemann, Kick e Memmel (2012) constataram que os Bancos Alemães (i) evitam apresentar lucro líquido negativo (ex-despesa com provisão e impostos); (ii) evitam apresentar queda do lucro líquido (ex-despesas com provisão de crédito e impostos) em relação ao período anterior; e (iii) bancos buscam evitar queda do lucro líquido (ex-despesas com provisão de crédito e impostos) em relação ao período anterior de seu respectivo *peer group*. Os resultados não apresentaram resultados estatisticamente significantes e não foram encontrados os coeficientes esperados. No Brasil, estes objetivos não foram constatados e não puderam ser validados.

Em segundo lugar, este estudo também analisou se há uma hierarquia dos objetivos testados acima. Dechow e Skinner (2000) testaram esta hierarquia para o mercado de capitais, e afirmaram que há evidências de existência de uma hierarquia de objetivos de Gerenciamento de Resultados: o mais importante seria evitar a divulgação de perdas; em seguida, apresentar

resultados crescentes; e por fim, corresponder às expectativas e às previsões dos analistas. Esta hierarquia foi testada nas Instituições Financeiras Brasileiras, mas não encontramos resultados significativos que pudessem validá-la.

A diferença entre os resultados encontrados em Bancos no Exterior e os resultados encontrados em Bancos Brasileiros pode ser explicada pelo fato de termos utilizado contas contábeis diferentes. No Brasil, não existe base de dados de contas de reservas ocultas, conta esta que foi utilizada por Bornemann, Kick e Memmel (2012). Sendo assim, utilizamos a conta de despesa de provisão de crédito para analisar a prática de Gerenciamento de Resultados, pois esta é a principal conta de *accrual* de uma Instituição Financeira, e onde há maior possibilidade de discricionaridade.

Porém, a classificação de crédito de um cliente também está sujeita a discricionaridade por parte dos administradores. Cada banco possui a discricionaridade de classificar os clientes entre os diferentes níveis de risco, e assim, efetuar a provisão de crédito correspondente conforme definido na legislação. Esta classificação julgamental não pode ser validada, pois não temos acesso aos critérios utilizados por cada Instituição Financeira para classificar cada cliente nos respectivos níveis de risco. Seria necessária uma investigação detalhada de cada crédito individual, como também uma análise comparativa de cada crédito entre diferentes Instituições Financeiras para validar se a classificação julgamental está sendo feita de forma correta. Como esta avaliação da análise julgamental não pode ser feita, estamos sujeitos a utilizar dados que por sua vez foram classificados de forma viesada pelos administradores. Isto quer dizer que um administrador poderia classificar um cliente em um nível de risco menos conservador, e efetuar assim uma maior quantidade de provisão genérica/ não-identificada de forma a compensar o risco do cliente. Desta forma, como utilizamos a provisão genérica como objeto do estudo, poderíamos encontrar resultados incorretos.

Vale mencionar que a conta objeto do estudo de Bornemann, Kick e Memmel (2012) não está atrelada ao risco de crédito de um cliente de crédito ou qualquer outro risco do ativo dos bancos alemães. Desta forma, o estudo alemão não precisou efetuar a distinção entre a parcela discricionária e não-discricionária. A conta 340-f foi considerada discricionária.

O método estatístico utilizado foi o modelo de Dados em Painel em Dois Estágios (2SLS), de forma a evitar a endogeneidade existente entre as contas de resultado do mesmo período.

Com a utilização de Variáveis Instrumentais, não foi comprovado que os administradores utilizam ajustes graduais que podem ser refletidos nos períodos subsequentes.

Até o momento, há pouca atenção da mídia sobre a prática de gerenciamento de resultados em bancos, e o interesse se manteve restrito ao mundo acadêmico e dos analistas. Neste contexto, o objetivo deste estudo é criar uma maior transparência sobre a informação que é divulgada pelos balanços contábeis das Instituições Financeiras. Analistas se deparam com certa frequência com classificações de crédito efetuadas que não correspondem ao risco efetivo de um cliente, constituindo de certa forma uma informação imprecisa sobre o risco real de uma instituição financeira. Outras práticas de Gerenciamento de Resultado também são frequentes, como apresentar balanços anuais mais líquidos. Estar ciente destas imperfeições contábeis é importante para avaliar corretamente o risco de uma instituição financeira, seja do ponto de vista do regulador, do analista, ou do investidor.

Como extensão desta pesquisa, sugere-se que trabalhos futuros sobre o assunto efetuem uma análise específica sobre o gerenciamento de resultados em bancos brasileiros durante período de crise. Sugere-se também a investigação do comportamento de bancos de diferentes segmentos em relação ao gerenciamento de resultados.

Anexo 1 – Sistema Bancário Brasileiro

As Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, exceto Administradoras de Consórcio, são classificadas nas categorias de Consolidados Bancários I, II, III e IV.

Tabela 12 – Classificações das Instituições Financeiras pelo Banco Central

Tipo de Classificação	Definição
Conglomerado Bancário I	Conglomerado composto de pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial.
Conglomerado Bancário II	Conglomerado composto de pelo menos uma instituição do tipo Banco Múltiplo sem Carteira Comercial ou Banco de Investimento, mas sem conter instituições do tipo Banco Comercial e Banco Múltiplo com Carteira Comercial.
Conglomerado Não-Bancário	Conglomerado composto de instituições financeiras não classificáveis nos conceitos de Conglomerado Bancário I ou II.
Consolidado Bancário I	Somatório das posições contábeis das instituições bancárias do tipo Conglomerado Bancário I e Instituições Bancárias Independentes I.
Consolidado Bancário II	Somatório das posições contábeis das instituições bancárias do tipo Conglomerado Bancário II e Instituições Bancárias Independentes II.
Consolidado Bancário III	Somatório das posições contábeis das Cooperativas de Crédito.
Consolidado Bancário IV	Somatório das posições contábeis das instituições bancárias do tipo Instituições Bancárias Independentes IV.
Consolidado Não-Bancário	Somatório das posições contábeis dos Conglomerados Não-Bancários e Instituições Financeiras Não-Bancárias Independentes.

Fonte: Banco Central do Brasil

O Consolidado Bancário IV engloba as Instituições Bancárias Independentes do tipo IV, que são as Instituições Financeiras do tipo Banco de Desenvolvimento que não integram conglomerado.

O Consolidado Bancário III engloba as Cooperativas de Crédito.

O Consolidado Bancário II engloba o (i) Conglomerado Bancário II, em cuja composição não se verificam instituições do tipo Banco Comercial e Banco Múltiplo com carteira comercial, mas que conta com pelo menos uma instituição do tipo Banco Múltiplo sem carteira comercial ou Banco de Investimento; e (ii) Instituições Bancárias Independentes, do tipo Banco Múltiplo sem carteira comercial e Banco de Investimento.

O Consolidado Bancário I engloba o (i) Conglomerado Bancário I, em cuja composição se verifica pelo menos uma Instituição Financeira do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com carteira comercial; e (ii) Instituições Bancárias Independentes I, que são Instituições Financeiras do tipo Banco Comercial, banco Múltiplo com carteira comercial ou Caixa Econômica que não integram conglomerado.

As instituições que compoem o Sistema Financeiro Nacional são divididas da seguinte forma:

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que tem como finalidade ofertar recursos para financiar os diversos setores da economia. Estes bancos se caracterizam pela captação de depósitos a vista, que são livremente movimentáveis, e depósitos a prazo. Sua constituição deve ser sob forma de Sociedade Anônima.

As demais instituições que compoem o SFN são: a Caixa Econômica Federal, as cooperativas de crédito, que são originadas da associação de pessoas de determinada área de atuação, onde o lucro auferido é repartido entre os associados; agências de fomento; associações de poupança e empréstimo; bancos de desenvolvimento; bancos de investimento; companhias hipotecárias; cooperativas centrais de crédito e sociedades de crédito.

Anexo 2 – Resolução 2682 que determina as regras para a Provisão de Crédito para Devedores Duvidosos

A regulação que trata sobre as regras de provisionamento de crédito no Brasil é a Resolução 2682 do Banco Central do Brasil, de 21 de Dezembro de 1999. Com a implantação da Resolução passou a haver no Brasil uma cultura de gestão de risco de crédito mais sólida (VERRONE, 2007).

Conforme definido na Resolução (Resolução 2.682/99, art. 2º), a classificação de crédito deve ser baseada em alguns critérios definidos pelo Banco Central, e deve englobar, no mínimo, os seguintes aspectos,:

I. Aspectos em relação ao devedor e seus garantidores

- a) Situação economico-financeira
- b) Situação financeira do tomador (capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, grau de endividamento)
- c) Administração e qualidade de controles
- d) Pontualidade e atrasos nos pagamentos
- e) Contingências
- f) Setor de atividade econômica
- g) Limite de crédito

II. Aspectos relacionados à operação

- a) Natureza e finalidade da transação
- b) Características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez
- c) Valor

A Resolução delegou significativamente às Instituições Financeiras a liberdade para modelar os critérios de risco de crédito previstos no provisionamento de crédito, há porém alguns

elementos que são definidos na norma e são chamados por Verrone (2007) como elementos moderadores.

O primeiro elemento é a sistemática de provisionamento adotada. Para cada nível de risco, deve ser constituído um total de provisão correspondente a um percentual determinado que servirá para absorver perdas prováveis na realização dos créditos. Apesar de cada Instituição poder definir seu modelo proprietário, cada estimativa de perda corresponde a uma única classificação de risco que é semelhante a todos os bancos, e isto permite a comparabilidade entre diferentes instituições. Na prática, ao comparar a classificação de crédito de um cliente comparando diferentes instituições financeiras, em alguns casos observa-se uma disparidade grande, gerando um alerta ao Banco Central.

Apesar de o Banco Central definir nove níveis de risco com faixas determinadas de provisionamento, cada instituição tem a possibilidade de implementar modelos que possuam uma maior granularidade, que são subdivisões dos níveis pré-definidos pela Resolução 2682.

O segundo elemento da Resolução 2682 é a determinação dos dias de atraso, e funciona como um limitador a liberdade das instituições quanto a modelagem de risco. Com isso, operações vencidas a mais de 30 dias, por exemplo, devem ser classificadas no mínimo no nível C, e assim sucessivamente. Esta característica funciona como um limitador no sentido de prever um nível de provisão mínimo, mesmo que os modelos internos não indiquem necessidade de provisionamento.

Por fim, o último elemento previsto na Resolução é a possibilidade de intervenção direta do órgão supervisor, o qual pode solicitar a reclassificação de operações com base em critérios estabelecidos.

Em resumo, a Resolução determina que as Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central a funcionar devem classificar as operações de crédito em ordem crescente de risco, conforme segue:

Tabela 13 – Nível de classificação de crédito previstos na Res. 2682

	Níveis de classificação	Dias de atraso	Provisão mínima requerida sobre o valor das operações
(1)	Nível AA	---	---
(2)	Nível A	Entre 1 e 14 dias	0,5%
(3)	Nível B	Entre 15 e 30 dias	1%
(4)	Nível C	Entre 31 e 60 dias	3%
(5)	Nível D	Entre 61 e 90 dias	10%
(6)	Nível E	Entre 91 e 120 dias	30%
(7)	Nível F	Entre 121 e 150 dias	50%
(8)	Nível G	Entre 151 e 180 dias	70%
(9)	Nível H	Superior a 180 dias	100%

Anexo 3 - Resultado dos dados em painel MQO (mínimos quadrados ordinários) com efeitos fixos

(i) Equação 1: H_1 , H_2 , H_3 e variáveis de controle

$$\begin{aligned} desppdd_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} \\ & + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot d_loss_{i,t} + \\ & \beta_9 \cdot d_prev_year_{i,t} + \beta_{10} \cdot d_peer_{i,t} + \beta_{11} \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t} \end{aligned}$$

(ii) Equação 2: somente as variáveis de controle

$$\begin{aligned} desppdd_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} \\ & + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t} \end{aligned}$$

(iii) Equação 3: H_1 e variáveis de controle

$$\begin{aligned} desppdd_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} \\ & + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot d_loss_{i,t} + \\ & \beta_9 \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t} \end{aligned}$$

(iv) Equação 4: H_2 e variáveis de controle

$$\begin{aligned} desppdd_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} \\ & + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot d_prev_year_{i,t} + \\ & \beta_{10} \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t} \end{aligned}$$

(v) Equação 5: H_3 e variáveis de controle

$$\begin{aligned} desppdd_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot ll_ex_tax_pdd_{i,t} + \beta_2 \cdot capaberto_dummy_{i,t} + \beta_3 \cdot servicos_{i,t} + \beta_4 \cdot cresc_PIB_{i,t} \\ & + \beta_5 \cdot desemprego_{i,t} + \beta_6 \cdot prov_excesso_dummy_{i,t} + \beta_7 \cdot excesso_prov_{i,t} + \beta_8 \cdot d_peer_{i,t} + \\ & \beta_9 \cdot despdd_{i,t-1} + u_{i,t} \end{aligned}$$

Tabela 14 - Resultados – Dados em Painel MQO – Efeitos Fixos

<i>despdd</i>	Equação (i)			Equação (ii)			Equação (iii)			Equação (iv)			Equação (v)		
Variável	Coeficiente	Erro-padrão	p-valor	Coeficiente	Erro-padrão	p-valor	Coeficiente	Erro-padrão	p-valor	Coeficiente	Erro-padrão	p-valor	Coeficiente	Erro-padrão	p-valor
<i>despdd_1</i>	0.27604	0.02965	0.00000 ***	0.29655	0.02911	0.00000 ***	0.27379	0.02924	0.00000 ***	0.29709	0.02959	0.00000 ***	0.29648	0.02913	0.00000
<i>ll_ex_tax_pdd</i>	0.19228	0.01833	0.00000 ***	0.15410	0.01516	0.00000 ***	0.19477	0.01749	0.00000 ***	0.15348	0.01635	0.00000 ***	0.15456	0.01534	0.00000
<i>capaberto_dummy</i>	0.00555	0.00390	0.15500	0.00557	0.00390	0.15300	0.00565	0.00385	0.14300	0.00555	0.00390	0.15500	0.00568	0.00393	0.14900
<i>servicos</i>	0.01021	0.01527	0.50400	0.00857	0.01541	0.57800	0.01037	0.01525	0.49700	0.00853	0.01542	0.58000	0.00849	0.01542	0.58200
<i>cresc_PIB</i>	-0.07569	0.02094	0.00000 ***	-0.07984	0.02106	0.00000 ***	-0.07650	0.02084	0.00000 ***	-0.07967	0.02113	0.00000 ***	-0.07999	0.02108	0.00000
<i>desemprego</i>	0.00641	0.03590	0.85800	0.02087	0.03595	0.56200	0.00743	0.03569	0.83500	0.02067	0.03603	0.56600	0.02145	0.03608	0.55200
<i>prov_excesso_dummy</i>	0.00058	0.00213	0.78500	0.00104	0.00214	0.62800	0.00057	0.00212	0.78800	0.00104	0.00215	0.62800	0.00102	0.00215	0.63600
<i>excesso_prov</i>	0.39351	0.19777	0.04700 **	0.44250	0.19877	0.02600 **	0.39009	0.19697	0.04800 **	0.44334	0.19905	0.02600 **	0.44500	0.19925	0.02600
<i>crise</i>	-0.00196	0.00138	0.15600	-0.00206	0.00139	0.14100	-0.00195	0.00138	0.15800	-0.00206	0.00139	0.14000	-0.00206	0.00139	0.14100
<i>d_loss (H₁)</i>	0.01334	0.00294	0.00000 **	---	---	---	0.01323	0.00293	0.00000 **	---	---	---	---	---	---
<i>d_prev_year (H₂)</i>	-0.00069	0.00147	0.64000	---	---	---	---	---	---	-0.00015	0.00147	0.91900	---	---	---
<i>d_peer (H₃)</i>	0.00000	0.00277	0.99900	---	---	---	---	---	---	---	---	---	0.00057	0.00278	0.83900
<i>c</i>	0.01165	0.00420	0.00600 ***	0.01297	0.00343	0.00000 ***	0.01136	0.00341	0.00100 ***	0.01303	0.00349	0.00000 ***	0.01247	0.00422	0.00300
R ² within	0.2761			0.2593			0.2760			0.2593			0.2593		
R ² between	0.6890			0.7065			0.6836			0.7076			0.7078		
R ² overall	0.4852			0.4699			0.4835			0.4702			0.4704		

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%;

5. Referências

- AHMED, Anwer S., TAKEDA, Carolyn, THOMAS, Shawn. *Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effect.*, Journal of Accounting and Economics, Volume 28, Issue 1, November 1999, Pages 1-25, ISSN 0165-4101
- ANANDARAJAN, Asokan, HASAN, Iftekhar, VIVAS, Ana Lozano, *Loan loss provision decisions: An empirical analysis of the Spanish depository institutions.* Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, Volume 14, Issue 1, 2005, Pages 55-77, ISSN 1061-9518.
- ANANDARAJAN, Asokan, HASAN, Iftekhar, VIVAS, Ana Lozano, *The role of loan loss provisions in earnings management, capital management, and signaling: the Spanish Experience.* Advances in International Accounting, Volume 16, 2003, Pages 45-65, ISSN 0897-3660.
- ASSAF, A. N. Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro. 8a. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BALBOA, Marina, LÓPEZ-ESPINOSA, Germán, RUBIA, Antonio. *Nonlinear dynamics in discretionary accruals: An analysis of bank loan-loss provisions.* Journal of Banking & Finance, Volume 37, Issue 12, December 2013, Pages 5186-5207, ISSN 0378-4266.
- BORNEMANN, Sven, KICK, Thomas, MEMMEL, Christoph, PFINGSTEN, Andreas. *Are banks using hidden reserves to beat earnings benchmarks? Evidence from Germany.* Journal of Banking & Finance, Volume 36, Issue 8, August 2012, Pages 2403-2415, ISSN 0378-4266
- BORNEMANN, Sven, KICK, Thomas, MEMMEL, Christoph, PFINGSTEN, Andreas. *Hidden Reserves and Earnings Management in Banks – An Empirical Study.* Preliminary Draft.
- CAMARGO, PO. *A evolução recente do setor bancário no Brasil.* São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CORRAR, Luiz João, GABRIEL, Fabiano. *Gerenciamento de resultados e de capital no sistema bancário brasileiro – uma investigação empírica nas aplicações em títulos e valores mobiliários*. Rio de Janeiro: Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 15, n.2, pg. 49-62, Maio/Agosto 2009, ISSN 1984-3291.

DECHOW, Patricia M., SKINNER, Douglas J. *Earnings Management: Reconciling the Views of Accounting Academics, Practitioners, and Regulators*. University of Michigan, Fevereiro 2000.

DEBOSKEY, David Gregory, JIANG, Wei. *Earnings management and auditor specialization in the post-sox era: An examination of the banking industry*. Journal of Banking & Finance, Volume 36, Issue 2, February 2012, Pages 613-623, ISSN 0378-4266.

DEGEORGE, François, PATEL, Jayendu, ZECKHAUSER, Richard. *Earning Management to Exceed Threshold*. The Journal of Business, Volume 72, no. 1, pages 1-33.

EL SOOD, Heba Abou. *Loan loss provisioning and income smoothing in US banks pre and post the financial crisis*. International Review of Financial Analysis, Volume 25, December 2012, Pages 64-72, ISSN 1057-5219.

FONSECA, Ana Rosa, GONZÁLEZ, Francisco. *Cross-country determinants of bank income smoothing by managing loan-loss provisions*. Journal of Banking & Finance, Volume 32, Issue 2, February 2008, Pages 217-228, ISSN 0378-4266.

GALDI, Fernando Caio, CAMARA, Gilberto Ataíde. *Securitização como mecanismo de gerenciamento de resultado em bancos brasileiros*. Rio de Janeiro: XXXVI Encontro da ANPAD, 22 a 26 de setembro de 2012.

GALDI, Fernando Caio, PEREIRA Leonel. *Fair value dos derivativos e gerenciamento de resultados nos bancos brasileiros: existe manipulação?* Encontro Brasileiro de Finanças – SBFIN, 7., São Paulo, 2007. São Paulo: SBFIN, 2007.

GALDI, Fernando Caio, DANTAS, Jose Alves, CAPELLETTO, Lucio Rodrigues, MEDEIROS, Otavio. *Discrecionalidade na mensuração de derivativos como mecanismo de gerenciamento de resultados em bancos*. Revista Brasileira de Finanças, Rio de Janeiro, v.11,n.1,p.17-48,mar.2013.

GALDI, Fernando Caio, DANTAS, Jose Alves, MEDEIROS, Otavio. *Gerenciamento de resultados em bancos com uso de TVM: validação de modelos de dois estágios*. RC&F - Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo, v.24, n.61, p.37-54, jan./abr. 2013.

GOULART, Andre. *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil*. Tese de doutorado, Programa de Pós- Graduação em Contabilidade - Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, Brasil, 2007.

GREENE, William. *Econometric Analysis*. 5 ed. New Jersey: Prentice Hall Inc. 2006.

GUJARATI, Damodar N., PORTER, Dawn C. *Econometria Básica*. 5 ed. McGraw Hill. 2008.

HEALY P. M.; WAHLEN, J. M. *A review of the earnings management literature and its implications for standard setting*. Accounting Horizons, v.13, p. 365-383, 1999.

KANAGARETNAM, Kiridaran, LOBO Gerald, MATHIEU, Rodrigues. *Managerial incentives for income smoothing through bank loan loss provisions*. 2001

KANAGARETNAM, Kiridaran, LOBO, Gerald J., YANG, Dong-Hoon. *Determinants of signaling by banks through loan loss provisions*. Journal of Business Research, Volume 58, Issue 3, March 2005, Pages 312-320, ISSN 0148-2963.

KANAGARETNAM, Kiridaran, LIM, Chee Yeow, LOBO, Gerald J. *Auditor reputation and earnings management: International evidence from the banking industry*. Journal of Banking & Finance, Volume 34, Issue 10, October 2010, Pages 2318-2327, ISSN 0378-4266.

MARTINEZ, Antonio L. *Gerenciamento de resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. (Doutorado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MENDES, C. Araújo, RODRIGUES, L. Lima, ESTEBAN, L. Parte. *Evidence of earnings management using accruals as a measure of accounting discretion*. Tékhne, Volume 10, Issue 1, January-June 2012, Pages 3-14

PARENTE, Guilherme. *As novas normas de classificação de risco de crédito e o disclosure das provisões*. 2000

SHRIEVES, Ronald E., DAHL, Drew, *Discretionary accounting and the behavior of Japanese banks under financial duress*. Journal of Banking & Finance, Volume 27, Issue 7, July 2003, Pages 1219-1243, ISSN 0378-4266

VERRONE, Marco Antonio Guimarães. *Basileia II no Brasil: uma reflexão com foco na regulação bancária para risco de crédito – Resolução CMN 2682/99*. Universidade de São Paulo. 2007

WOOLDRIDGE, J. M. (2003). *Introductory Econometrics. A Modern Approach*, 2 E.

ZENDERSKI, Humberto. *Gerenciamento de resultados em Instituições Financeiras no Brasil – 2000 a 2004*. Tese de mestrado, Programa de Pós- Graduação em Contabilidade - Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2005.